

19 FEV 1982

Uma crise accidental

Amc
P2

CORREIO BRAZILIENS

O deputado Ulysses Guimarães mostrou ontem que não era somente uma figura de retórica ter afirmado que acabaria "na márra" a Constituinte até 21 de abril. Ontem, ao chegar a Brasília, o presidente da Assembleia dedicou-se unicamente aos entendimentos junto ao deputado Bernardo Cabral para acertar a redação das emendas conflituosas, de modo a que sejam superadas sem muita delonga as discussões para encontro de um entendimento. Vale dizer, sobre a questão da estabilidade, a próxima questão de conflito.

O presidente da Constituinte chegou a Brasília com sua primeira crise militar desde que chamou o então presidente Geisel de Idi Amin. Ontem, recolheu das chefias militares respostas brandas à sua afirmação sobre a Junta Militar de 68, chamada de "os três patetas". A nota-resposta do Ministro do Exército, vazava em quatro parágrafos, não foi dura a ponto de reiniciar uma polémica entre os quartéis e a instituição política. Chama-o de "Dr. Ulysses", numa visível demonstração de naturalidade do general Leônidas Pires Gonçalves ao enfrentar problemas que antes eram confrontados pelos pronunciamentos. O general, desse modo, tangenciou uma possível crise, pois o que menos interessaria agora a todos — civis e militares — seria essa crise.

O Ministro do Exército reportou-se apenas ao aspecto substantivo das declarações de Ulysses, sem discutir o mérito de suas afirmativas sobre o papel da Junta Militar de 68. Não seria, aliás, um general da es-

tampa liberal do ministro Leônidas — o único a chegar com a Constituição no bolso às reuniões para decidir o futuro institucional do País, na madrugada da internação do presidente eleito Tancredo Neves — quem iria agora retornar ao modelo que condena a postura dos chefes militares que editaram a Carta autoritária que, aliás, ainda se acha em vigor.

O presidente da Constituinte terá agora motivos mais fortes ainda para apressar os trabalhos da Assembleia. No estado atual de vazio de poderes, sabe ele, os riscos institucionais serão mais evidentes, e qualquer passo em falso poderá significar nova recarga do retrocesso. Nesse atual contexto, para sorte das instituições, os ministros militares se encontram afinados com o projeto de normalização democrática, que prevê a promulgação de uma Carta constitucional progressista e factível. Mas os ministros militares não deram suporte público visível ao desabafo do presidente Sarney sobre as formas de irrealismo que estão surgindo das votações do plenário da Constituinte: por enquanto, a instituição militar queda-se em silêncio estratégico e prudente.

Não há crise à vista, mesmo porque seria accidental. A crise não adlada para o instante em que a Carta constitucional não se identificar os limites do razoável ou do bom senso. Nessa hipótese, não haverá somente três patetas que a promulguem. Patetas serão todos que assinarem uma Constituição do absurdo.